



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS - CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES - DLH
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

MARIANA OLIVEIRA SUASSUNA

**A AUTORIA FEMININA NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
ABOLICIONISTA EM *ÚRSULA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2024

MARIANA OLIVEIRA SUASSUNA

**A AUTORIA FEMININA NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
ABOLICIONISTA EM *ÚRSULA*, DE MARIA FIRMINA DOS REIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras e Humanidades do Curso de Licenciatura Plena em Letras – Português da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de graduada em Letras – Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Auríbio Farias Conceição.

CATOLÉ DO ROCHA – PB

2024

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S939a Suassuna, Mariana Oliveira.

A autoria feminina na construção de uma identidade abolicionista em Ursula, de Maria Firmina dos Reis [manuscrito] / Mariana Oliveira Suassuna. - 2024.

39 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Portugêses) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Agrárias, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Auríbio Farias Conceição, Coordenação do Curso de Letras - CCHA. "

1. romantismo. 2. Maria Firmina dos Reis. 3. autoria feminina. 4. literatura abolicionista. I. Título

21. ed. CDD 801.959

MARIANA OLIVEIRA SUASSUNA

**A AUTORIA FEMININA NA CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE
ABOLICIONISTA EM ÚRSULA, DE MÁRIA FIRMINA DOS REIS**

Aprovada em: 19/06/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Auríbio Farias Conceição
Orientador - UEPB/CAMPUS IV



Profa. Me. Maria Karoliny de Lima Oliveira
Examinadora - UEPB/CAMPUS IV



Prof. Esp. Natan Severo de Sousa
Examinador - UEPB/CAMPUS IV

Deixais, pois, que a minha ÚRSULA, tímida e acanhada, sem dotes da natureza, nem enfeites e louçanias da arte, caminhe entre vós. (REIS, 2018, p. 50)

RESUMO

Este presente artigo objetiva analisar as características estilísticas e temáticas do Romantismo, a partir de *Úrsula* (1859), uma obra autoral da maranhense Maria Firmina dos Reis. Busca-se identificar de que maneira os personagens do romance são retratados sob a cultura e influência afro-brasileira, baseados na construção crítica da autora frente ao cenário opressor da escravidão no Brasil oitocentista. Quanto a metodologia, utilizaremos de uma pesquisa descritiva de análise textual, do tipo bibliográfica-qualitativa. O embasamento teórico, por sua vez, é composto por estudos essenciais de autores como: Candido (2000), Cuti (2010), Evaristo (2009; 2014), Gomes (2019), Zin (2019), dentre outros. Com o auxílio destes e de outras perspectivas teórico-metodológicas, foram analisados no decorrer da pesquisa as temáticas da primeira narrativa abolicionista de que se tem conhecimento no país, bem como o papel sensibilizador que a escrita feminina tem para a história da nossa formação. Quanto aos resultados esperados, objetiva-se identificar a profundidade dos elementos e personagens presentes na obra, promovendo um diálogo mais crítico e humanizador. Pretende-se também contribuir ativamente para o estudo do movimento literário romântico e o resgate da fortuna-crítica de Maria Firmina dos Reis, uma voz abolicionista do século XIX, cujo impacto reverbera até os dias atuais.

Palavras-chave: Romantismo. Maria Firmina dos Reis. Autoria feminina. Literatura abolicionista.

ABSTRACT

This article aims to analyze the stylistic and thematic characteristics of Romanticism, based on *Úrsula* (1859), a work by Maria Firmina dos Reis, from Maranhão. The aim is to identify how the novel's characters are portrayed under Afro-Brazilian culture and influence, based on the author's critical construction of the oppressive scenario of slavery in nineteenth-century Brazil. As for methodology, we will use descriptive textual analysis research, of the bibliographic-qualitative type. The theoretical basis, in turn, is made up of essential studies by authors such as: Candido (2000), Cuti (2010), Evaristo (2009; 2014) Gomes (2019), Zin (2019), among others. With the help of these and other theoretical-methodological perspectives, during the research the themes of the first abolitionist narrative known in the country were analyzed, as well as the sensitizing role that female writing has in the history of our formation. As for the expected results, the aim is to identify the depth of the elements and characters present in the work, promoting a more critical and humanizing dialogue. It is also intended to actively contribute to the study of the romantic literary movement and rescue the critical fortune of Maria Firmina dos Reis, an abolitionist voice from the 19th century, whose impact reverberates to the present day.

Keywords: Romanticism. Maria Firmina dos Reis. Female authorship. Abolitionist literature.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 MARIA FIRMINA DOS REIS, A VOZ QUE EMERGE NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA	11
2.1 Um lugar de fala por “Uma Maranhense”	12
2.2 Contribuições literárias e resgate da obra	14
3 TRAÇOS DOS DISCURSOS HISTÓRICO E LITERÁRIO	17
3.1 O molde da literatura no século XIX	19
3.2 A ascensão da autoria feminina	20
4 A IDENTIDADE NACIONAL ABOLICIONISTA: ANÁLISE DE ÚRSULA	23
4.1 O contexto narrativo e a caracterização das personagens	26
4.2 A resistência sob o viés de Túlio e Antero	28
4.3 Relatos de Mãe Susana	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

A valorização da literatura como parte integrante do patrimônio cultural não se relaciona unicamente ao lazer, uma vez que ela possui papel crucial na formação estética e na sensibilidade humana, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e linguístico. O sociólogo brasileiro Antonio Candido, em sua análise da relação entre literatura e os direitos humanos, defende que: “[...] a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual [...]” (Candido, 2004, p. 186). Nesse sentido, a literatura também age como documento histórico, denunciando as mazelas que permeiam a sociedade.

Ao se apresentar como uma porta de entrada para compreender as variadas culturas ao redor do mundo, a literatura também tem a função de resgatar e preservar tradições. Assim, é primordial destacar que, recentemente, houve um aumento significativo nos estudos de teoria e crítica literária, valorizando não apenas os escritores consagrados mas também as vozes diversas que foram historicamente ofuscadas. Este movimento rumo à valorização das narrativas representa um passo importante para uma representação mais inclusiva na esfera literária. Neste contexto, a inclusão da literatura afrodescendente é um ato de reconhecimento, capaz de reintegrar relevância cultural à identidade negra e à diáspora africana.

Durante períodos de censura e opressão, muitos autores em suas jornadas literárias e ativistas sentiram-se compelidos a abordar o tema da escravidão. Sob o viés da autoria feminina, Maria Firmina dos Reis foi um nome que destacou-se ao buscar não apenas expressar sua voz, mas também por penetrar nos círculos intelectuais como uma figura ciente das múltiplas condições enfrentadas pela marginalização de mulheres e negros. Em suas obras, a autora questionava vigorosamente os padrões sociais estabelecidos no século XIX, posicionando-se como uma voz consciente e crítica em meio às injustiças da sua época.

Em 1859, Maria Firmina dos Reis publicou *Úrsula*, atualmente considerado o primeiro romance escrito por uma mulher negra na América Latina, e o primeiro romance abolicionista escrito em língua portuguesa. Esta obra precursora aborda questões sociais, raciais e de gênero, em uma época em que tais temas eram frequentemente ignorados ou estereotipados. Para tanto, desafiando as estruturas de

poder da sociedade escravocrata e patriarcal brasileira, a narrativa destaca as lutas e experiências dos personagens escravizados, a partir da perspectiva destes próprios, influenciando gerações posteriores de escritores e contribuindo para uma consciência social mais ampla no Brasil.

Quanto à metodologia deste trabalho, utilizaremos de uma pesquisa descritiva de análise textual, do tipo bibliográfica-qualitativa. O embasamento teórico, por sua vez, é composto por estudos essenciais de autores como: Candido (2000), Cuti (2010), Evaristo (2009; 2014), Gomes (2019), Zin (2019), dentre outros. O principal questionamento deste trabalho se volta para a composição dos sujeitos da narrativa do livro, assim como o foco das análises realizadas estão em responder à seguinte indagação: Como se apresentam os personagens que compõem uma realidade escravagista em *Úrsula*? Dessa maneira, este trabalho busca primeiramente identificar quais personagens configuram vozes abolicionistas, bem como verificar suas representações a partir da perspectiva crítica da narradora. Assim, tal análise da obra é feita não somente como meio de enriquecer a diversidade literária do Brasil, mas também para a contribuição de um diálogo reflexivo sobre as questões raciais e sociais, que ainda reverberam fortemente em nossa sociedade contemporânea.

Quanto à sua estrutura, para uma organização eficaz dos objetivos propostos, este trabalho será dividido em três tópicos: Na primeira seção, será realizada uma imersão na documentação bibliográfica de Maria Firmina dos Reis, explorando as contribuições literárias da autora para o panorama literário nacional; A segunda seção se dedicará à análise das características dos discursos histórico e literário, cujo entendimento se mostra fundamental para o estudo mais profundo da obra em questão; Por fim, o terceiro segmento da pesquisa se propõe a uma análise minuciosa da narrativa de *Úrsula*, com ênfase na análise estética e crítica dos personagens que a compõe. Essa abordagem permitirá uma compreensão das múltiplas camadas de significado que conferem relevância à obra.

2 MARIA FIRMINA DOS REIS, A VOZ QUE EMERGE NA LITERATURA AFRO-BRASILEIRA

Na área da literatura, através das suas simbolizações e batalhas, as mulheres indicam um trajeto de enfrentamento no qual suas expressões emergem. A este respeito, a literatura feminina tem surgido ao longo do tempo como uma maneira de evidenciar a luta em prol do reconhecimento de gênero em todas as esferas sociais. Maria Firmina dos Reis, neste sentido, é considerada uma destas figuras de maior representação. Filha da escrava alforriada Leonor Felipa dos Reis e, possivelmente, de João Pedro Esteves, um homem rico da região maranhense, em suas obras, a autora escreve sobre índios e a natureza, fazendo uma apreciação do lugar onde viviam os escravizados e, principalmente, explorando as nuances da educação, a qual tentou fazer uma pequena revolução, mas que foi impedida.

Devido às lacunas ainda presentes em seu histórico, a bibliografia de Firmina dos Reis ainda encontra-se incompleta. A pesquisadora Dilercy Aragão Adler (UFMA), no entanto, divulgou os resultados da sua investigação realizada no Arquivo Público do Estado do Maranhão, confirmando que Firmina nasceu em 11 de março de 1822. Além disso, sabe-se que sua chegada ao mundo ocorreu pouco antes da proclamação da independência do Brasil, que se deu seis meses depois. Essa nova informação não somente estende a duração de sua vida para 95 anos — com a autora falecendo em 11 de novembro de 1917, na cidade de Guimarães, Maranhão, onde passou a maior parte de sua vida —, como também contribui significativamente para o entendimento da sua trajetória.

Nesse sentido, a contribuição literária de Maria Firmina é um marco relevante, pelo fato de ser considerada a primeira mulher a publicar um romance afro-brasileiro no país e tornar-se precursora da narrativa abolicionista em uma época em que a escrita de textos sobre o tema era quase inexistente. Com um tom vibrante de denúncia e indignação, a voz da autora ergueu-se contra os abusos e crueldades infligidos à população escravizada, desempenhando assim, um papel fundamental na luta pela emancipação do povo negro. Entre suas obras romancistas, contos e poesias, *Úrsula* é a sua obra de maior destaque e trata-se de uma narrativa abolicionista do ano de 1859, sendo também objeto de estudo desta pesquisa.

2.1 Um lugar de fala por “Uma Maranhense”

O século XIX no Brasil foi marcado por intensas transformações políticas e sociais, sobretudo no epicentro político da nação naquele período e, embora tenha estado distante do Rio de Janeiro, Maria Firmina dos Reis não escapou da influência dos acontecimentos históricos que moldaram o país, de tal modo que é evidenciado em suas obras. Sob o reinado de D. Pedro II, a autora testemunhou a luta contra o regime escravista e, anos depois, presenciou a proclamação da República e o prosseguimento deste regime opressor. Neste momento, passou a criticar as injustiças e disparidades sociais através de seus escritos, dando início a sua jornada literária.

Além de *Úrsula* (1859), Firmina também produziu a novela indianista *Gupeva* (1861) e *Cantos à Beira Mar* (1871), uma coleção de poesias que exprimia a subjetividade feminina e negra em face dos padrões opressivos do patriarcado escravocrata, além de *Escrava* (1887), um conto também de temática abolicionista. Após a publicação de seus romances, emergiu em uma condição inédita; era uma mulher negra, nordestina, solteira, reconhecida em todos os círculos literários e completamente independente. Nos anos seguintes, ela colaborou com a publicação de poemas, crônicas, contos e ficção em periódicos, como também revistas populares da época, ao mesmo tempo em que desempenhava um papel ativo na composição do hino pela abolição da escravatura.

Acerca da sua obra de maior engajamento, *Úrsula* (1859), de maneira geral, situa a marginalização da mulher e do negro, partindo de uma narrativa sentimental e com o uso de personagens idealizados. Dessa forma, a escritora está profundamente ligada ao contexto que deu origem e impulsionou o movimento do Romantismo. Ao passo em que a linguagem é marcada por uma emotividade exagerada, a história faz-se cativante nas passagens relacionadas ao amor. Tal uso linguístico ao retratar a história dos escravizados é de uma entonação menos agressiva do que, por exemplo, em “Escrava” (1887), como uma forma de amenizar a realidade das espoliações e maus tratos a que estes personagens estavam sujeitos.

O filósofo russo Eikhenbaum (1973, p. 23), cita que a estética presente em *Úrsula* (1859), reflete a profusão de expressões típicas do período Romântico no Brasil e que tais características não passam de véus que ocultam a verdadeira mensagem ideológica subjacente à narrativa. Para isso, a autora articula de maneira explícita,

desde uma escrita artística somada à ética antiescravista, até a maneira de retratar o patriarcado e a imposição de uma raça superior. Elementos estes que permeiam um romance romântico não tão “comum” como aparenta ser aos enquadres do movimento literário.

Inicialmente, a protagonista que dá título ao livro é uma jovem moça, descrita como aquela que detém certo vitimismo e inocência feminina. Contudo, isso não a torna menos importante para a narrativa, visto que todas as personagens femininas do livro se manifestam com fortes características identitárias, divididas pela opressão e violência a que foram submetidas durante suas vidas. Assim, pode-se dizer que a representação da falta de liberdade se aplica a praticamente todos os indivíduos em *Úrsula* (1859), tratando-se também da semelhança com a realidade da sua própria narradora-autora, como cita Araújo:

A escrita de Maria Firmina era romântica, açucarada e religiosa. Ela rompeu com o preconceito e a discriminação para mostrar que as mulheres também são seres pensantes, capazes e corajosos. Reis teve que enfrentar a marginalização que massacrava as mulheres, que tinham medo de se expor perante a sociedade e seus maridos, pois a submissão era tudo que importava dentro da sociedade escravocrata. (2019, p. 16):

Além de outros expoentes do Romantismo, a exemplo de: uma forte presença da religiosidade, do nacionalismo, da exaltação da natureza e de aspectos da cultura local, o livro se diferenciou pelo seu cunho abolicionista, provocando a falta de reconhecimento quando foi publicado, devido a crítica que fazia ao sistema escravocrata e patriarcal. Desse modo, cabe ressaltar que para uma mulher, especialmente se negra, era praticamente intransponível manifestar sua contrariedade ao tradicionalismo e à escravidão. Portanto, foram graças à estabilidade e a valorização conquistadas como educadora, que Firmina encontrou a abertura para lançar seu título inaugural e enfim teve a oportunidade de expressar seu posicionamento sobre o tema.

No entanto, quando publicado, *Úrsula* (1859) não se consolidou como uma obra bem recebida pelo público e Maria Firmina foi silenciada pela sua qualidade estética e autoral. Portanto, ao longo de boa parte de sua trajetória como escritora, esta optou por utilizar o pseudônimo "Uma Maranhense" ao assinar suas obras, ciente de que os poucos leitores alfabetizados da época, que seriam principalmente brancos e abastados, eram seu público-alvo. A condição da figura feminina pode ser notada já

no prólogo do livro, no qual a romancista justifica-se perante o leitor e a sua posição socialmente inferior:

Mesquinho e humilde livro é esse que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda sim o dou a lume. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados [...] com uma instrução misérrima [...] e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2018, p. 47).

Dessa forma, estando à margem de um sistema excludente, Maria Firmina tinha noção do seu lugar de fala na sociedade, que não pôde ter acesso à mesma educação que homens brancos de classes mais elevadas. Então, a narradora detém preocupação, visto que é algo inédito, segundo Zin (2019, p. 48), o “próprio sentimento de pertencimento da jovem escritora, ainda bastante hesitante a esse extrato recém inaugurado da cultura local”. Em outro trecho, ela também exprime o desejo de que suas criações não sejam ignoradas e possam ser utilizadas como meio de inspiração:

Não a desprezeis, antes amparai-a nos seus incertos e titubantes passos para assim dar alento à autora de seus dias, que talvez com essa proteção cultive mais o seu engenho, e venha a produzir cousa melhor, ou quando menos sirva esse bom acolhimento de incentivo para outras, que com imaginação mais brilhante, com educação mais acurada, com instrução mais vasta e liberal, tenham mais timidez do que nós (REIS, 2018, p. 48).

Aqui, percebe-se a existência de dois olhares: um sobre o presente e outro sobre o futuro da escritora. Miranda (2012), discorre sobre a tentativa de visibilidade que Firmina dos Reis buscou trazer para a obra, incluindo a sua posição iniciante como escritora, isto é, “do peso – e/ou da liberdade – que é não ter um passado literário no qual se apoiar: não havendo um antes, restava a grandeza do devir.” Então, ao leitor, pede-se apoio à obra, visando sua continuidade autoral e, as mulheres, observa-se o incentivo para que estas também possam explorar suas próprias escritas neste cenário literário.

2.2 Contribuições literárias e resgate da obra

Considerando as ideologias e as tendências do romance naquela época, a construção dos personagens criados por Maria Firmina dos Reis representa a quebra da tradição nacionalista, que enaltecia a figura do índio como símbolo máximo da identidade nacional retratada na literatura. Uma vez que *Úrsula* (1859) surge como um romance pioneiro na discussão da abolição, constitui-se ainda como um relevante registro histórico, ao retratar, por meio de sua estética formal, o dia a dia dos homens

e mulheres escravizados, residentes em propriedades rurais e residências de seus donos no estado maranhense, durante o Brasil oitocentista.

Além disso, distinguimos na narrativa que o personagem escravizado adquire expressão própria, passando a ser associado primordialmente à sua herança africana e às suas qualidades comunitárias e históricas, ao invés de ser reduzido à condição de mero objeto comercial. Conforme descreve Machado (2019, p. 94), Maria Firmina dos Reis foi “[...] a representante maior de um gênero quase desconhecido no país, o da literatura abolicionista, que expunha os horrores da escravidão sem transferir para as costas dos escravos e escravas todos os males das sociedades escravistas”. Sendo assim, a obra detém de uma importância ímpar na ruptura com os textos tradicionais, e pela primeira vez, Firmina é aquela que agrega importância e traz a voz de personagens marginalizados, os quais embora denominados coadjuvantes, carregam o poder de protagonizar a narrativa, a partir da aquisição de uma profundidade crítica racial e de gênero, perante a realidade escravocrata brasileira no século XIX.

A questão do esquecimento das obras de Firmina dos Reis também configura-se como um desprivilegio em comparação a outros autores e pela sua falta de reconhecimento como escritora. Explicitado por suas condições sociais no Brasil oitocentista, enquanto mulher, negra e bastarda:

[...] uma espessa cortina de silêncio envolveu a autora ao longo de mais de um século. Sílvio Romero e José Veríssimo a ignoram. E muitos dentre os expoentes de nossa historiografia literária canônica fazem o mesmo, à exceção de Sacramento Blake e Raimundo de Menezes” (DUARTE, 2004, op. cit).

Por conseguinte, a autora também é fonte de suporte em composição artística para diversas outras escritoras. Segundo Araújo (2021, p. 5): “Maria Firmina foi um divisor de águas na literatura brasileira, pois abriu espaço para outros nomes, como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, que são renomadas escritoras brasileiras, apesar do preconceito que as perseguia por serem mulheres, negras e pobres”. Nessa perspectiva, em um outro período e lugar, tais autoras ficaram por muito tempo apagadas da história e da literatura nacional, negligenciadas pela crítica literária e indústria editorial. Porém, carregaram narrativas poderosas de vozes negras que estão sendo devidamente resgatadas atualmente.

Assim, depois de mais de um século de esquecimento, houve um aumento significativo nas investigações acerca da vida e produção textual da escritora nos

últimos anos, acompanhado por uma maior divulgação de seu nome e uma ressignificação positiva das suas obras. Embora Sacramento Blake tenha incluído a obra em sua magistral análise sobre a Literatura Brasileira, sua notoriedade só foi alcançada na década de setenta do século XX, quando foi redescoberta pelo estudioso maranhense Moraes Filho (1975), que organizou seus escritos, colocando a escritora em evidência.

Gradualmente, Maria Firmina dos Reis e suas obras estão se incorporando ao cânone literário brasileiro. Atualmente, passando a ser utilizada como leitura fixa em diversas instituições de ensino superior, o seu romance enquadra-se como um patrimônio histórico da literatura afro-brasileira e requer cada vez mais atenção para o conhecimento sobre as nossas raízes culturais e históricas. Portanto, levar a narrativa firminiana para estudos em salas de aula é uma maneira de reafirmar a sua importância como um instrumento político ao protesto escravocrata e à valorização da linguagem poética nacional.

3 TRAÇOS DOS DISCURSOS HISTÓRICO E LITERÁRIO

Primordialmente, é preciso discorrer sobre as características históricas que permeiam o contexto de publicação de romances afro-brasileiros. Desse modo, é indubitável discutir os fatores políticos e sociais, dos quais a literatura abolicionista se ergueu perante a um fenômeno tão antigo quanto a própria história da humanidade: a escravidão. No território brasileiro, este período iniciou-se no denominado colonialismo, esse, por sua vez, como uma prática de domínio político, econômico e cultural, tal como descreve o historiador Laurentino Gomes no seu terceiro livro da trilogia intitulada *Escravidão*:

O tráfico de africanos escravizados no Brasil começou por volta de 1535, algumas décadas depois da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral à Bahia, em 1500. O objetivo inicial do comércio de gente era fornecer mão de obra para a indústria do açúcar no Nordeste, a primeira importante atividade econômica colonial, mas rapidamente se propagou por todos os segmentos da sociedade e da economia. Três séculos mais tarde, na época da Independência, praticamente todos os brasileiros livres eram donos de escravos [...]. (2012, p.18):

Nesse sentido, a escravidão teve início no Brasil por volta da década de 1530, quando os portugueses estabeleceram os fundamentos para colonizar a América portuguesa, em resposta à necessidade de mão de obra para a agricultura e diversos outros trabalhos braçais. Em vista disso, além da dominação acelerada de milhões de indígenas que residiam no país, a escravidão foi o principal motivo para a eclosão do chamado “Tráfico Negreiro”, conhecido como o comércio em massa de africanos no Atlântico, o qual corroborou para inúmeros conflitos internos na África durante os séculos XVI, XVII e XVIII. O autor também descreve a exploração violenta e em sua totalidade como, decerto, um dos processos mais degradantes e arrastados perante o cenário humano mundial.

Além disso, tais populações sofreram condições concretas de vulnerabilidade existencial, alienação, deslocamento e desumanização inimagináveis. Fato que perdurou mesmo durante um longo período pós abolição, em que os ex-escravizados foram privados de acesso à terra e não receberam qualquer compensação adequada. Geralmente, sem instrução, eles enfrentaram diversos preconceitos, o que resultou em muitos dos recentemente libertados optando por permanecer nas fazendas onde trabalhavam, trocando seu trabalho por meios de subsistência.

Mesmo após a Independência que ocorria no ano de 1822, em virtude da rentabilidade de uma mão de obra barata, este foi um processo demorado, e o Brasil

foi considerado o último país do continente americano a abolir o trabalho escravista. Foi só depois de vários séculos de violência por parte dos senhores coloniais e da resistência daqueles que eram dominados, que uma série de leis abolicionistas foram sendo aprovadas, como forma de realizar a transição gradual até a abolição da escravatura. A exemplo da Lei Eusébio de Queirós (1850), que foi o ponto de partida para a proibição do Tráfico Negreiro, seguida de um longo processo de lutas e campanhas até a promulgação da Lei Áurea (1888), a qual proibiu de vez a prática da escravidão em território brasileiro.

Na tarde em que o príncipe dom Pedro e sua guarda de honra chegaram às margens do Ipiranga naquele célebre dia 7 de setembro de 1822, o Brasil era majoritariamente negro e africano, o maior território escravista da América naquele início de século XIX, cuja rotina era pautada pelo chicote e pela violência contra os cativos. O novo país independente nascia empanturrado de escravidão. E assim permaneceria até quase o final do século XIX [...] (GOMES, 2023, p. 22).

A escravidão gerou consequências irreversíveis para o Brasil. Uma vez que “formalmente liberto, o negro foi condenado à periferia da sociedade, como se não pertencesse à ordem legal, o que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas” (Gomes, 2022, p. 34). Isto é, como ocorreu diretamente com as populações de índios, africanos e mestiços concentrados nas camadas mais pobres, e a marginalização que persiste entre a maioria desses grupos étnicos. Além do racismo e outras formas de discriminação racial e social, os quais dificultam o processo de integração e inclusão na sociedade e fazem prevalecer os baixos níveis de renda, educação e saúde entre a população em geral.

Nada foi tão volumoso, organizado, sistemático e prolongado quanto o tráfico negreiro para o Novo Mundo: durou três séculos e meio, promoveu a imigração forçada de milhões de seres humanos, envolveu dois oceanos (Atlântico e Índico), quatro continentes (Europa, África, América e Ásia) e quase todos os países da Europa e reinos africanos, além de árabes e indianos que dele participaram indiretamente. Além disso, redesenhou a demografia e a cultura da América, cujos habitantes originais, os indígenas, foram dizimados e substituídos por negros escravizados (GOMES, 2012, p. 19).

Para tanto, em teoria, a escravidão teve seu fim. Todavia, embora mais de 130 anos depois da sua abolição, as condições análogas à exploração de cativos nunca foram, de fato, interrompidas. A essas formas dá-se o nome de trabalho escravo contemporâneo, e ou condições análogas às de escravo e desde a década de 1940 o Código Penal Brasileiro prevê a punição ao crime de escravidão contemporânea. Isso não implica dizer que o passado foi apagado, no entanto, pode-se considerar um

pequeno avanço para punições à violência e condições degradantes de trabalho que ainda persistem na história da humanidade.

3.1 O molde da literatura no século XIX

O impacto do período escravista atingiu várias esferas sociais, artísticas e culturais, inclusive o âmbito da literatura, afinal, é preciso destacar que, embora sob um contexto de opressão, sempre houve quem se posicionasse contra esse sistema. De acordo com White (2001, p. 98), as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”. Dessa maneira, a história está intrinsecamente ligada à literatura e às expressões sociais a que ela se dispõe a contar, não apenas como narrativa ficcional, mas também em forma de documentos históricos.

Para tanto, o interim político e econômico ganhou viés sob a publicação de diversos gêneros textuais, sobretudo na primeira metade do século XIX. Nesse meio, foram inúmeros os escritores que registraram, por meio de críticas e protestos, o sistema do regime escravocrata no Brasil. O uso de obras canônicas, que hoje atuam como importantes fontes de pesquisa para historiadores, foram responsáveis por convencer ativamente o público leitor sobre a importância do fim da escravidão, ao apresentarem em seus escritos a face do abolicionismo. Observa-se que a autoria negra ressoa em nossa literatura há muito tempo, mesmo antes do período abordado neste estudo, tal como cita Duarte (2014, p. 15):

Do ímpeto autobiográfico à oratória, passando pelo poema, pelo drama e pela ficção, fato é que o negro sempre falou. E o fez, majoritariamente, nas 46 línguas dos colonizadores, que aprendeu e, em diversos momentos, rasurou, para emprestar a elas entonações, ritmos, sentidos e vocábulos inteiramente novos. Dessas falas, por vezes isoladas, à constituição de uma literatura, muitos foram os caminhos e muitas as pedras. Tal processo incluiu a paulatina aquisição do letramento, da escritura, e da cidadania, com o fim da escravização.

Nesse contexto, de início a grande extensão de autores que deram o primeiro passo na consolidação da literatura antiescravista era composta pelo público masculino, como foi o caso de Luiz Gama (1830-1882), que, além de seu ativismo abolicionista e de sua atuação como advogado e jornalista, foi um dos primeiros autores negros a conquistar reconhecimento literário no Brasil. Ao escrever poesias, contos e artigos que abordavam questões sociais, raciais e políticas de sua época,

antes mesmo da ascensão de Castro Alves (1847-1871), Gama contribuiu significativamente para o debate público sobre a abolição da escravatura e a promoção da igualdade racial.

Mais tarde, João da Cruz e Souza (1861-1898) também se revelava como precursor da poesia negra, contribuindo para a temática da libertação do escravizado, pois evidenciava a luta interna que o consumia, debatendo-se entre sua herança étnica e o desejo de assimilação à cultura dominante ao que “[...] na sua poesia, essa visão negativa se corrobora, sobretudo quando associa à cor branca as qualidades do Ideal e à cor negra os mesmos aspectos dolorosos e viciosos que atribui à África de origem” (Filho, 1988, p. 24-26). Nos anos seguintes ao período de atuação desses escritores, houve um aumento tanto no número de autores, quanto na consciência crítica dedicada às questões pertinentes à população negra, uma vez que os africanos foram um grande exemplo de resistência contra a submissão escravagista.

A herança da força africana e a imposição contra o domínio, tornaram-se legado para palavras do nosso vocabulário, festas populares e crenças religiosas, além da transmissão dos seus próprios valores culturais. Nessa perspectiva, a respeito da desvalorização de autores e escritores afrodescendentes, a autora contemporânea Conceição Evaristo (2009, p. 19) indaga por que as literaturas negras e afro-brasileiras não recebem a mesma valorização que outras expressões culturais, como a culinária, a música e a dança, que são reconhecidas por seus vínculos com a cultura negra, entretanto, “quando se trata do campo literário, cria-se um impasse que vai da dúvida à negação”. Assim, também, é primordial debater sobre a relevância da contribuição do povo afro e seus descendentes para a formação do Brasil, como fator significativo para o desenvolvimento da nossa própria identidade cultural.

3.2 A ascensão da autoria feminina

Conhecer as manifestações literárias dessa época é uma tarefa crucial, não apenas para conhecimento da defesa da liberdade dos povos locais, mas também dos africanos e afrodescendentes para a construção da história brasileira. Sendo assim, foi ainda no século XIX que o público feminino passou a ascender dentro da temática da escravidão. Em 1859, duas visionárias pioneiras no Brasil lançaram narrativas, marcando um momento histórico: Ana Luisa de Azevedo Castro, natural de Santa Catarina (1823?-1869), e Maria Firmina dos Reis (1822-1917), nascida no Maranhão.

O romance, por mais inocente que fosse, era ainda um gênero literário malvisto, pernicioso para as moças, quando em 1859, os jornais de São Luís anunciavam 'Úrsula', de autoria de uma maranhense, ao custo de dois mil réis pela Typografia do Progresso. Logo se soube que o livro, hoje considerado o primeiro romance de uma autora brasileira, era de Maria Firmina dos Reis (TELLES, 2006, p. 410).

Sendo o foco maior desta pesquisa, Maria Firmina dos Reis foi uma figura extremamente importante para alavancar o patamar da literatura, sobretudo, referente à cultura do povo africano que viveu no nosso país. Eventualmente, este processo levou à emergência do que hoje reconhecemos como literatura negra brasileira, literatura afro-brasileira, literatura negro-brasileira, literatura afrodescendente, entre outros termos consagrados pela crítica especializada nessa produção literária. Evaristo (2014, p. 114) demonstra consciência em relação aos elementos que caracterizam essa literatura:

A afirmação de um pensamento étnico; a busca e a valorização de uma ancestralidade africana, que pode ser revelada na própria linguagem do texto, na estética do texto; a intenção de construir um contradiscurso literário a uma literatura que estereotipiza o negro; a cobrança da reescrita da História brasileira no que tange à saga do africano e seus descendentes no Brasil; a enfática denúncia contra o racismo e as injustiças sociais que pesam sobre o negro na sociedade brasileira. E agora apresento um elemento vital na constituição de uma literatura afro-brasileira – a autoria.

Reunindo esses aspectos, a literatura firminiana não trouxe somente o viés da escravidão, como também a questão do patriarcalismo e outras formas de domínio e submissão presentes, até hoje, na humanidade. A partir desse momento, Firmina dos Reis começa a contribuir de forma consistente para a imprensa local com suas obras, onde encontrou na ficção uma expressão estética, e principalmente, uma plataforma de denúncia política. Isso porque, o tráfico de escravos já estava proibido no Brasil, desde 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, fato que contribui para o caráter pioneiro da autora. Além disso, mesmo não tendo experimentado a condição de escrava, testemunhou de perto as injustiças da escravidão e agiu em forma de denúncia ao sistema opressor.

Na análise de Antonio Candido sobre a representação da escravidão na literatura brasileira, o sociólogo sugere que esta temática emerge de um despertar humanitário que se originou no final do século XIX, posto que, anteriormente “o negro, escravizado, misturado à vida cotidiana em posição de inferioridade, não se podia facilmente elevar a objeto estético, numa literatura ligada ideologicamente a uma estrutura de castas” (Candido, 2000, p. 247). Dessa maneira, foi apenas em 1859,

com a publicação de *Úrsula* que, de fato, Firmina dos Reis trouxe novo olhar sobre a figura do escravizado e a conjuntura dos movimentos políticos deste período.

Para tanto, embora não se possa afirmar que a autora instaurou um cenário inédito referente ao estilo da maioria dos textos publicados no cânone romântico, a obra confere identidade e expressão ao narrar as experiências de figuras negras e de seus descendentes, colocando-as em posições de destaque dentro de suas narrativas. Não somente às incluindo, mas também conferindo-lhes humanidade ao evidenciar indivíduos que, anteriormente, eram considerados meros objetos, desprovidos de emoções e aspirações. Portanto, possui uma significativa influência cultural e histórica, pois explora as nuances de relações entre cidadãos que fazem parte desta sociedade escravocrata.

A obra de estreia da escritora, sob determinados aspectos, pode ser considerada como algo novo nas letras nacionais. Isso porque, além de ter sido escrita por uma mulher afrodescendente e de ser uma das primeiras do gênero no país, sua narrativa aponta o caminho do romance romântico como atitude política de denúncia das injustiças enraizadas há séculos naquela sociedade, que fazia dos cativos e das mulheres as suas principais vítimas (ZIN, 2019, p. 50).

Dessa forma, as palavras de Firmina assumem outra perspectiva, principalmente, por estar em condição de ir contra a subordinação dos poderes sociais. Podemos visualizar uma ampla conjuntura de pautas presentes na obra, não apenas com relação a discriminação racial e a instituição da escravidão, a presença do machismo, do domínio patriarcal, da violência intrafamiliar, das traições entre parentes, das relações incestuosas, além da busca por status social e da cobiça material presentes na sociedade rural brasileira do século XIX.

O escritor brasileiro Cuti, em seu livro "Literatura Negro-brasileira" (2010), sugere uma reflexão sobre a literatura como uma forma de poder, além de abordar o aspecto político tanto do texto quanto da crítica literária, dado que "A produção literária de negros e brancos, abordando as questões atinentes às relações inter-raciais, tem vieses diferentes por conta da subjetividade que a sustenta, em outras palavras, pelo lugar socioideológico de onde esses produzem" (p. 32). Nesse sentido, a partir da perspectiva negra e feminina, Maria Firmina escreve sobre temas de interesse único, partindo de uma postura identitária para o caráter analítico da literatura.

4 A IDENTIDADE NACIONAL ABOLICIONISTA: ANÁLISE DE ÚRSULA

A narrativa de *Úrsula* (1859) gira em torno dos preceitos do Romantismo no século XIX, passada em um local não especificado pela autora, mas definido apenas como “mais rica das províncias do Norte” (REIS, 1859, p. 50). Tal fato, implica dizer que o seu anonimato é uma forma de contribuir para o não reconhecimento do local e as personagens que, possivelmente, foram inspirações para a construção do enredo.

Quanto aos personagens, estes incluem: Úrsula, cujo nome empresta título ao livro; Tancredo, um bacharel em direito; Luíza B., mãe de Úrsula e enferma; Túlio, um escravo doméstico, conhecido por sua bondade e fidelidade aos seus senhores (Úrsula e Tancredo); Susana e Antero, também escravos domésticos, que demonstram lealdade; Comendador Fernando, irmão de Luíza B. e figura antagonista; Adelaide, o primeiro amor de Tancredo antes de Úrsula; Paulo B., marido falecido de Luíza B. e pai de Úrsula; Comendador P., pai de Tancredo; e a mãe de Tancredo.

Logo de início, as primeiras páginas descrevem ricamente o ambiente da província maranhense, dando espaço para o aparecimento dos personagens. Após um desgosto amoroso, um solitário cavaleiro, que mais tarde será apresentado como Tancredo, é resgatado de um acidente de cavalo por Túlio, um escravizado de Luíza B., essa, mãe de Úrsula, e que leva o cavaleiro para a casa da família. A moça, já dividida entre cuidar da sua mãe doente e do recém-chegado, passa a cuidar de Tancredo e acaba desenvolvendo sentimentos pelo mancebo. É neste ponto que se inicia uma relação desafiadora e recheada de emotividade, já que, após se recuperar, Tancredo alforria Túlio como gratidão pela ajuda que recebeu dele e, seguidamente, começa a se apaixonar por Úrsula também.

Anterior a sua recuperação, Tancredo enfrenta os delírios de sua doença e confessa seu amor por uma mulher chamada Adelaide. No entanto, a mulher já fazia parte do seu passado, e naquele instante, seu coração estava voltado para Úrsula, a quem ele compartilha sua história. Em formas de *flashbacks*, em que o leitor é transportado para cenas passadas de sua vida, Tancredo relata ter estudado Direito por seis anos na cidade de São Paulo e, posteriormente, ter retornado à sua terra natal, onde conheceu Adelaide, uma órfã que era parente de sua mãe. Seu pai, o Comendador, desaprovava a união dos dois jovens, mas concedeu a Tancredo uma condição: se ele decidisse exercer sua profissão longe de casa, teria permissão para se casar com Adelaide.

Contudo, ao voltar para casa, Tancredo se depara com uma carta deixada por sua mãe pouco antes da sua morte, revelando que o seu pai havia se casado com Adelaide. Enfurecido, ele confronta Adelaide e seu pai, o qual exige respeito pela nova esposa. Em meio à raiva, Tancredo foge de casa. Mais tarde, a viúva Luiza B. conta sua história a Tancredo, incluindo sua doença paralisante, o amor pela sua filha Úrsula e a tragédia do assassinato do seu marido. Apesar de tardio, Tancredo revela também sua identidade como primo de Luiza, fato que não interfere no seu relacionamento com Úrsula.

Assim, a história é traçada pela subjetividade e a idealização neste cenário de amor entre os jovens personagens: Tancredo e Úrsula. Porém, a concretização dessa relação amorosa que esperavam alcançar não é tão simples assim de acontecer, pois é a partir do surgimento de um novo personagem que a trama aponta para uma reviravolta de acontecimentos. Quando Tancredo parte em viagem com Túlio, Úrsula encontra Fernando P. na mata, que mesmo sendo tio da jovem, a pede em casamento. A chegada do personagem Comendador Fernando P., ao também se ver apaixonado, em nível obsessivo, pela própria sobrinha, torna-se um obstáculo ao amor do casal. O qual é retratado como vilão não só pela sua postura violenta e rancorosa com o casal principal, mas também pela maneira tirana como tratava seus escravos.

Existe, a partir desse ponto, a presença de um triângulo amoroso no enredo e, tal como são observados em elementos de teor romântico, há o estabelecimento de uma relação conflituosa entre um vilão e um mocinho, que fazem de tudo para ter a amada para si. No entanto, a jovem rejeita as investidas do tio a todo custo, o qual mesmo assim decide conquistá-la, à força. Em seguida, Luíza B. implora a Úrsula para que fuja e encontre Tancredo, porém, logo vem a falecer, fato que intensifica o sofrimento da filha. Na cidade vizinha, Tancredo e Túlio são avisados da situação e retornam para resgatar Úrsula, com a promessa de que Tancredo se casará com a jovem e a protegerá em um convento.

Os acontecimentos que se sucedem corroboram para o desfecho trágico da trama: inflamado de raiva, o comendador Fernando tortura os escravos Susana e Túlio, para que revelem o paradeiro de Úrsula, mas esse fato lhe é negado de prontidão. Túlio, que se encontrava machucado, tenta informar Tancredo sobre a situação, porém Fernando lhe tira a vida antes que ele consiga concretizar a sua missão. Desesperado ao ver a morte do amigo, Tancredo entra em confronto com

Fernando P. e, também, perde sua vida, para o desgosto e sofrimento de Úrsula, que lamenta o falecimento do marido na mesma noite em que este se casa com a jovem.

Esse ato desencadeia a insanidade da protagonista, sua subsequente morte, e o remorso avassalador que culmina na morte do tio, após ele libertar seus escravos e se recolher a um convento em busca de redenção. Decerto, fica explicitado que os personagens de *Maria Firmina dos Reis* morrem sem conquistar o que almejam, “os bons, devido a um intrínseco senso de auto sacrifício e nobreza, e os maus, vítimas de si próprios” [...] (Machado, 2018, p. 39).

Contado em terceira pessoa por um narrador que não se prende a uma personagem específica, *Úrsula* (1859) é uma história centrada no amor e na morte, sendo uma obra romântica com aspectos medievais e marcada por um desfecho trágico. O que contribuiu para manter os padrões românticos costumeiros do tempo de *Firmina dos Reis*, uma vez que destoava dos " finais felizes " esperados nos romances voltados ao público feminino do movimento literário na época. Ainda na história, encontramos uma constante imersão de desencontros, ilusões e decepções. Do ponto de vista formal, a notável linearidade da narrativa tão quanto a simplicidade psicológica dos personagens, se destacam à medida que enfrentam situações extremas, conduzidas por curvas abruptas do destino, em meio à riqueza de perspectivas narrativas.

É preciso lembrar da posição corajosa de Maria Firmina ao denunciar a ilegitimidade e violência da escravidão, justamente no Maranhão, província que era considerada como sendo fortemente escravista. O fato de o vilão da história, aquele que persegue a irmã, mata o cunhado e o pretendente da sobrinha, ser o pior e mais cruel dos senhores, não quer dizer que a escravidão seja legítima para os escravos que possuem um bom senhor. Túlio e Suzana, escravos de Luiza B., proprietária boa e compreensiva não aceitam sua condição de “miseros e cativos”. Maria Firmina situa-se ao lado daqueles autores que condenam a escravidão porque ela era contrária às leis de Deus, e que acreditavam que o negro, apesar dos anos vividos sob o cativo, não tinha perdido as suas qualidades naturais (MOTT, 1989, p. 61).

Além disso, Firmina nunca deixou de posicionar suas ideologias e opiniões perante aos moldes da sociedade oitocentista. Em várias passagens do livro, como narradora, ela coloca-se igualmente como personagem, ao discursar contra a escravidão de maneira explícita, fato exemplificado logo nas primeiras páginas. Neste trecho da narrativa, destaca-se uma enunciação que denuncia as injustiças e a importância do aspecto religioso central, assim como estabelece uma equivalência entre brancos e negros.

Coitado do escravo! Nem o direito de arrancar do imo peito um queixume de amargurada dor!!...

Senhor Deus! Quando calará no peito do homem a tua sublime máxima – ama a teu próximo como a ti mesmo –, e deixará de oprimir tão repreensível injustiça ao seu semelhante!... Àquele que também era livre no seu país... Àquele que é seu irmão?

E o mísero sofria; porque era escravo, e a escravidão não lhe embrutecera a alma; porque os sentimentos generosos, que Deus lhe implantou no coração, permaneciam intactos e puros como a sua alma. Era infeliz; mas era virtuoso; e por isso seu coração enterneceu-se em presença da dolorosa cena, que se lhe ofereceu à vista (REIS, 2018, p. 54- 55).

Para os autores que escreviam sobre esse período, a figura do escravizado na literatura não era apenas um motivo para escrever, uma vez que havia preocupação com o indivíduo e sua condição sob um sistema opressor, onde o texto “[...] reivindica para si a identidade com os discriminados e não com os discriminadores.” (CUTI, 2010, p. 63). Assim, nesta sequência da trama, a narradora interfere na história, parando a ação para emitir sua crítica à escravidão, quando ocorre a primeira aparição do personagem. Esse padrão se repete em várias situações narrativas no decorrer da obra, explicitando a visão de mundo da autora contrária à escravidão. Através desse discurso, revela-se uma narrativa de resistência negra, fundamentada politicamente e construída de forma subjetiva como tal.

4.1 O contexto narrativo e a caracterização das personagens

Com relação ao cenário onde se passa a história, a descrição rica em detalhes remete a exaltação da natureza, bem como de uma valorização às terras brasileiras. Não se sabe ao certo qual o local onde se passa a história, uma vez que tudo que a autora esclarece sobre a ambientação, se volta apenas para dar a entender de que se trata de uma região ao norte do Maranhão. Este panorama se constitui como introdutório a apresentação dos personagens principais, que a princípio são marcados por faces representadas do país do século XIX, desde a existência de uma devoção aos princípios da religião, até um tradicionalismo imutável.

A exemplo de complexidade poética da linguagem, entra em destaque umas das primeiras cenas descritas: “São vastos e belos os nossos campos; porque inundados pelas torrentes do inverno semelham o oceano em bonança calma (...) são qual vasto deserto, majestoso e grande como o espaço, sublime como o infinito” (REIS, 2018, p. 49). Ao agregar uma exaltação e fomentar um vocabulário rico em

detalhes quando atribui qualidades ao território brasileiro e, mais adiante, inserir uma realidade desumana na condição de exploração trabalhista, Maria Firmina estabelece uma crítica social sólida definida pelo contraste de realidades entre estes dois cenários.

Por conseguinte, a protagonista de *Úrsula* (1859) é jovem, bela, apaixonada e branca, seguindo as regras do gênero romântico. Úrsula e Tancredo constituem o casal romântico apaixonado, que buscam angustiosamente um ao outro, em desencontros e tragédias, a partir de uma narrativa moldada dentro do perfil romântico – incluindo um amor impossível de se realizar, e graças a princípios morais, éticos e cristãos. Estes dois personagens centralizam as interações entre os demais da história e a autora aponta uma representação da estrutura social de poderes, onde, no topo está o homem branco, depois a mulher branca, seguida do homem negro e, por fim, a mulher negra, aquela que é mantida escravizada.

Outro ponto a ser destacado é que a obra não apresenta uma personagem negra como protagonista, característica que reafirma o receio dos autores daquela época em irem contra o que o público alvo aceitaria como leitura. Contudo, a inserção da tríade dos personagens escravizados é o diferencial que torna a obra, de fato, mais interessante, na medida em que se coloca Maria Firmina em uma nova condição inédita. Fanini (2020, p. 292), descreve que “Firmina retira da ideologia do cotidiano vozes que se instituem na escravidão e também em resistência a ela e as transplanta para suas personagens cujos diálogos se manifestam mormente contrários ao cativeiro.” Dessa maneira, a escritora utiliza três personagens em sua narrativa para compor sua literatura crítica e abolicionista: Túlio, Susana e Antero, os quais possuem os papéis de denunciarem a crueldade da escravidão, desafiando as convenções daquele tempo, ao que “ganham” o direito de contar sua própria história e ainda criticar de forma indireta o contexto vigente ao que acontecia no livro.

Ademais, os valores enraizados na sociedade daquela época se refletem nas dinâmicas interpessoais dos personagens de *Úrsula* (1859), tanto em interações entre indivíduos de diferentes estratos sociais, quanto entre aqueles que compartilham similaridades. Miranda (2012), ainda explica a maneira como esses personagens reconfiguram o centro das suas vozes, instituindo sentidos que conduzem o leitor(a) numa experiência ampliadora do seu repertório cognitivo. Pois fundam um universo que parte da experiência diaspórica para inscrever o negro como sujeito, recompondo, nesse ato, também outra subjetividade ao branco.

Maria Firmina dos Reis navegou pela ordem discursiva e nos legou um arquivo composto pelas memórias da captura, da travessia atlântica, da escravidão. Um arquivo que elabora, pela ficção, a experiência histórica do sujeito negro na diáspora forçada. Um arquivo que fratura o ordenamento colonial do mundo, articulando, pela primeira vez em português do Brasil, a dicção do sujeito africano numa fala que, ao trazer ao presente o passado não-dito, entra na disputa por produção de futuros (MIRANDA, 2012, p. 63).

Neste momento inicial da narrativa, somos apresentados a um dos personagens complexos e essenciais para a relevância da história: Túlio. Um homem virtuoso e compassivo, que configura-se como um dos personagens identitários originais da obra. E, mais adiante, Antero, que marca a ancestralidade e as memórias de sua África de origem.

4.2 A resistência sob o viés de Túlio e Antero

No decorrer da narrativa, trechos e capítulos são descritos em primeira pessoa pelos escravizados, de forma que, ao mesmo tempo em que o leitor pode se colocar mais a fundo no lugar do personagem, ele também tem maior conhecimento sobre a história do seu passado, a partir das trajetórias e memórias de vida dos cativos. Um dos personagens retratados nesse sentido, é Túlio, escravizado pertencente a Luíza B., que resgata Tancredo de um acidente iminente, conduzindo-o à morada da sua senhora. Seu papel é atribuído como fundamental na busca por uma humanização e identidade negra presente na obra.

Túlio resgata Tancredo de uma possível morte, passando a ganhar o papel de “herói”. Por isso, o primeiro capítulo faz jus ao seu título, no qual não ocorre subjugação presente no diálogo entre os personagens. Isto é, em meio a essas circunstâncias, não existe uma relação de discrepância entre branco e negro, tampouco de escravizado e senhor, pois tratam-se simplesmente de “*Duas almas generosas*”. Em uma descrição afetuosa que permeia o contexto histórico e transcende barreiras raciais e sociais:

– Quem és? – Perguntou o mancebo ao escravo apenas saído do seu letargo.
 – Por que assim mostras interessar-te por mim?!...
 – Senhor! – Balbuciou o negro – vosso estado... Eu – continuou com acanhamento, que a escravidão gerava – suposto nenhum serviço lhe possa prestar, todavia quisera poder ser-vos útil. Perdoai-me! ...
 – Eu? – atalhou o cavalheiro com efusão de reconhecimento – eu perdoar-te! Pudera todos os corações assemelharem-se ao teu.
 E fitando-o, apesar da perturbação do seu cérebro, sentiu pelo jovem negro interesse igual talvez ao que este sentia por ele. Então nesse breve cambiar de vistas, como que essas duas almas mutuamente se falaram, exprimindo

uma o pensamento apenas vago que na outra errava. [...] Apesar da febre, que despontava, o cavaleiro começava a coordenar suas ideias, e a expressão do escravo, e os serviços que lhe prestara, tocaram-lhe o mais fundo do coração. É que em seu coração ardiam sentimentos tão nobres e generosos como os que animavam a alma do jovem negro: por isso, num transporte de íntima e generosa gratidão o mancebo, arrancando a luva que lhe calçava a destra, estendeu a mão ao homem que o salvara. Mas este, confundido e perplexo, religiosamente ajoelhando, tomou respeitoso e reconhecido essa alva mão, que o mais elevado requinte de delicadeza lhe oferecia, e com humildade tocante, extasiado, beijou-a. Esse beijo selou para sempre a mútua amizade que em seus peitos sentiam nascer e vigorar. As almas generosas são sempre irmãs (REIS, p. 57, 2018).

Desde o início da narrativa, a caracterização de Túlio fortalece a noção de similaridade e fraternidade, deixando de lado a justificativa baseada na distinção entre etnia e estrato social, a qual poderia ser empregada para legitimar a escravidão. Para a literatura brasileira, esta foi a primeira vez em cena, que um homem branco estendeu a mão para um escravizado e estabeleceu uma espécie de acordo amigável. Contudo, a expressão política e o espaço de manifestação de Maria Firmina dos Reis ressoam na cena, enunciando o leitor sobre os obstáculos impostos pelo sistema escravista. Nesse caso, depreende-se que o ato de beijar a mão é fator significativo para manter o sinal de inferioridade perante a situação, visto que representa a realidade da interação entre dois personagens tão opostos.

Além disso, a narradora identifica em Túlio uma razão para o fim da opressão, dando forma ao caráter humanitário do indivíduo negro, aquele igualmente liberto, porém continuamente subjugado pelo sistema escravista, que lhe privava da liberdade:

— A minha condição é a de mísero escravo! Meu senhor – continuou – não me chameis amigo. Calculastes já, sondastes vós a distância que nos separa? Ah! O escravo é tão infeliz!... Tão mesquinha e rasteira é a sua sorte, que...

— Cala-te, oh! Pelo céu, cala-te, meu pobre Túlio – interrompeu o jovem cavaleiro – dia virá em que os homens reconheçam que são todos irmãos. Túlio, meu amigo, eu avalio a grandeza de dores sem lenitivo que te borbulha na alma, compreendo tua amargura, e amaldiçoo em teu nome ao primeiro homem que escravizou a seu semelhante [...] (REIS, 2018, p. 58).

Entretanto, simultaneamente em que Túlio nutre apreço por Tancredo, também nota-se que está preso em uma espécie de “falsa liberdade”, onde mesmo depois de ter sido alforriado, é como se o personagem ainda se considerasse preso a gratidão e fidelidade que tem ao seu “senhor”. Por isso, a dinâmica da amizade entre os dois evidencia um certo desequilíbrio, visto que embora o ex-escravizado dedique-se completamente à preservação da pessoa que o libertou, nota-se que Tancredo não responde de forma igualmente comprometida a tal devoção, pois Túlio acaba

morrendo nas mãos do seu colonizador, em prol dessa relação desarmônica para o escravizado.

Todavia, enquanto existem aqueles personagens que são representados pela resistência e de caráter complacente, outros possuem a própria integridade desvalorizada, enquanto a mercê do cativo. Como é o caso do africano Antero, revelado como “um escravo velho, que guardava a casa, e cujo maior defeito era a afeição que tinha a todas as bebidas alcoolizadas” (REIS, 2018, p. 187). “Pai Antero”, vivia na propriedade rural de Fernando P. e, por incumbência, prendeu Túlio quando foi instruído. No entanto, Antero não é descrito como um vilão, mas sim como alguém que batalha para se manter vivo, agarrando-se ao alcoolismo como forma de redenção da sua situação como escravizado:

— Que conceito? – interrogou o velho desapontado – Que conceito! É o único vício que tenho; e ainda por conservá-lo não prejudiquei ninguém. Que te importa que beba, – acrescentou com voz que queria dizer: não tens coração.
— Por ventura pedi-te algum dinheiro para fumo ou cachaça? – e dizendo afagava a cabaça vazia com um desvelo todo paternal, como que arrependido de tê-la desprezado, a ela, a sua companheira constante (REIS, 2018, p. 121).

Embora citado rapidamente na narrativa, este personagem surge para demarcar dois pontos importantes: o primeiro consiste nos traços da memória e da ancestralidade, isto é, ele representa os desafios enfrentados pelo povo africano em terra brasileira, cujo o vício nas bebidas funciona como válvula de escape para a questão da sua submissão forçada. O segundo ponto, por sua vez, demarca a transmissão das experiências individuais, que comprova a autoridade de escrita de Maria Firmina em construir uma diversidade de personagens negros no romance.

4.3 Relatos de Mãe Susana

Como já mencionado anteriormente, uma das características de maior destaque presentes em *Úrsula* (1859), se tem pelo fato da representação de uma herança e cultura africanas simbolizadas na narrativa. Uma vez que o “grupo majoritário na escravaria era composto por brasileiros, descendentes dos africanos originais e muito mais organizados e conscientes de seus direitos” (Gomes, 2022, p. 413). Sendo assim, enquanto mulher, mãe e escravizada, a personagem Susana tem carga de importância ímpar da história, que também acaba destoando do padrão de sentimentalismo e drama amoroso ligados ao casal principal.

Com uma história de vida mais detalhada e, conseqüentemente, um discurso mais bem articulado, Susana é originária da África, trazida para o Brasil através do comércio internacional de escravos quando já era adulta. Em seu país de origem, tinha família, filhos e propriedade, mas foi vendida, assim, sendo separada de sua família original. Nesse sentido, após a morte da mãe de Túlio, este passa a vê-la como uma segunda mãe. Susana é a única personagem negra feminina da narrativa, uma escravizada idosa que, assim como Antero, foi arrancada do seu país de origem e aqui, relata seus tempos de juventude antes de viver os horrores da exploração, junto a tantos outros conterrâneos.

Susana, chama-se ela, trajava uma saia de grosseiro tecido de algodão preto, cuja orla chegava-lhe ao meio das pernas magras, e descarnadas como todo o seu corpo: na cabeça tinha cingido um lenço encarnado e amarelo, que mal lhe ocultava as alvíssimas cãs. Túlio estava ante ela com os braços cruzados sobre o peito. Em seu semblante transparecia um quê de dor mal reprimida, que denunciava o seu profundo pesar (REIS, 2018, p. 118)

Neste ponto, percebe-se existir uma visível quebra na narrativa, pois é o momento em que o capítulo IX (9), denominado “A Preta Susana”, é inteiramente dedicado aos relatos, memórias e reflexões sobre a trajetória de vida da escravizada. Apesar de breve, este segmento oferece à narradora a oportunidade de abordar temas como liberdade, aprisionamento, sociedade, migração da população negra, união conjugal e maternidade. Este é, sem dúvidas, aquele tipo de personagem com maior amplitude psicológica e identitária em *Úrsula* (1859), uma vez que assume uma postura política crucial em um contexto integralmente opressor.

Para Silva (2011, p.15): “O escravo firminiano é, antes de tudo, aquele que fala da África, que só reconhece a verdadeira liberdade, no tempo em que vivia naquela África saudosa e nostálgica“. Nesse sentido, além da posição crítica, o sentimento de nostalgia e melancolia pelo passado se destacam nas palavras carregadas de pesar da personagem:

– Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! eu a gozei na minha mocidade! Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo se respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias (REIS, 2018, p. 114).

Além disso, nesta mesma parte, Firmina utiliza de uma escrita sensível de

detalhes e camadas profundas ao narrar, em primeira pessoa, como acontecia o processo de transporte dos africanos trazidos até o território brasileiro e, também, é a primeira vez, na história da literatura brasileira, que a realidade crua e desumana da escravidão é contada a partir da perspectiva da própria personagem escravizada:

Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!.. Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão, fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos! Muitos não deixavam chegar esse último extremo – davam-se à morte. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que nos escaldou e veio dar a morte aos cabeças do motim. A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocada nessa viagem pelo horror constante de tamanhas atrocidades (REIS, 2018, p. 122).

A partir do uso das descrições de fatos realísticos, depreende-se que a narradora dedicou uma notável pesquisa em relatos e discursos históricos para desenvolver o diálogo da personagem africana. Zin (2019, p.58) descreve este processo de explicitar os maus tratos vividos pela personagem, desde o seu transporte forçado as condições de aceitação como cativa, como sendo “uma chave para compreender a estratégia utilizada pela autora para atacar as dinâmicas do cativo, sem agredir diretamente as convicções de seus leitores brancos.” Assim, a mentalidade de Susana é fruto da resistência para sobreviver às condições de tratamento no cativo, onde recorda do próprio passado, sob as mesmas condições do presente:

Nas asas do pensamento o homem remonta-se aos ardentes sertões da África, vê os areais sem fim da pátria e procura abrigar-se debaixo daquelas árvores sombrias do oásis, quando sol requeima e o vento sopra quente e abrasador: vê a tamareira benéfica junto à fonte, que lhe amacia a garganta ressequida: vê a cabana onde nascera e onde livre vivera! Desperta porém

em breve dessa doce ilusão, ou antes sonho em que se engolfara, e a realidade opressora lhe aparece – é escravo e escravo em terra estranha! (REIS, 2018, p. 44).

Ainda sob viés da personagem, diferentemente de Túlio, que acreditava na alforria como uma forma de liberdade, Susana é definida pela personificação da resistência, embora não acredite, de fato, que algum dia possa alcançar a libertação, questionando o jovem escravizado: “— Tu! Tu livre? Ah não me iludas! — exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. — Meu filho, tu és já livre?...” (REIS, 2018, p. 120). Aqui, Firmina dos Reis objetiva trazer a divergência de pensamentos e caracteres em um mesmo plano, dado que existe uma forte concepção de desesperança, conectada ao pensamento de tantos outros escravizados da época e fora da ficção.

Susana não vinha atada à cauda de um cavalo, caminhava com a fronte erguida, e com a tranquilidade do que não teme; porque é justo. [...]

— Foge, Susana!

— Fugir? Não, meu senhor. Não sabeis que sou inocente?

— Louca! – tornou ele – Toma o meu cavalo e foge. Que importa àquela fera a tua inocência? Acaso não conheces o comendador?

Susana replicou-lhe com vivo reconhecimento:

— O céu vos pague tão generoso empenho; mas os que estão inocentes não fogem (REIS, 2018, p. 173)

Já neste outro trecho, por sua vez, existe a presença de uma representação da moralidade, que é colocada acima de qualquer coisa, pois mesmo perdendo tudo o que um ser humano poderia ter de direitos, a escravizada Susana nunca abriu mão de suas convicções e morais, até mesmo frente ao risco de perder a própria vida em um momento crucial da trama. A sentença de Fernando P. para prendê-la acorrentada, em condições semelhantes às do navio negreiro, foi o que resultou em sua morte: “Encerrem-na em a mais úmida prisão desta casa, ponha-se-lhe corrente aos pés, e à cintura, e a comida seja-lhe dada quanto baste para que eu a encontre viva” (REIS, 2004, p. 192). Este foi um castigo aplicado à escravizada, por ter se recusado a fornecer informações sobre o paradeiro de Úrsula e Tancredo, sendo mais uma crítica feita a imposição da autoridade brutal do colonizador e os preceitos que regiam o Brasil Império.

Desse modo, os relatos de Mãe Susana revelam a postura política de Maria Firmina dos Reis, sublinhando seu forte posicionamento antiescravista. A escritora, que provavelmente conviveu de perto com pessoas escravizadas, infunde suas experiências pessoais em suas narrações. Essa convivência direta proporcionou uma perspectiva única e autêntica, evidenciando sua sensibilidade e compreensão das

realidades enfrentadas por essas pessoas. Suas escritas destacam a importância de valorizar as experiências sociais e intelectuais, enfatizando o reconhecimento das contribuições e vivências de homens e mulheres negras.

Afirmando, também, sua existência como parte integral da história e da memória coletiva, em suas palavras, a autora não apenas expunha as brutalidades do sistema escravista, mas também assumia um papel ativo contra as injustiças, oferecendo papel de denúncia aos seus personagens. Ao leitor, seu objetivo era duplo: por um lado, Firmina atacava vigorosamente a estrutura opressiva da escravidão; por outro, ela buscava despertar empatia e consciência nos leitores, ressaltando a dignidade e a humanidade daqueles que eram submetidos a esta condição de exploração.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Úrsula (1859) é uma obra ficcional contada em terceira pessoa, que faz uso do discurso indireto para reportar uma voz ativamente crítica das personagens ao Brasil oitocentista. Devido às condições de gênero e política em que vivia, Maria Firmina dos Reis encontrou uma forma de escrever sobre a escravidão, utilizando-se do romance, embora sob uma clara simplicidade psicológica e estética. No entanto, o livro deve ser apreciado como uma narrativa que utiliza o estilo ficcional para alcançar uma determinada postura ética contra os sistemas de opressão, mantendo sua função social em meio ao cenário escravista. Além disso, é fundamental levar em conta o contexto histórico no qual a obra foi produzida, marcado por debates intensos sobre a abolição da escravidão e o papel da mulher na sociedade.

Como resultados obtidos da análise da narrativa, tornou-se evidente que o compromisso em abordar questões sociais, raciais e de gênero foram colocados de forma pioneira, desafiando os estereótipos da época. Além da forte mensagem abolicionista, Firmina dos Reis compartilha algumas características comuns ao romantismo, especialmente em sua abordagem sentimental, o que torna diversas passagens da sua obra mais emotivas para o leitor, sobretudo, quando focadas no ponto de vista dos escravizados perante o cativo. O livro também revela uma leitura da complexidade das relações sociais da época, explorando não apenas a dinâmica entre senhores e escravos, mas também entre homens e mulheres, e as diferentes formas de resistência e luta contra a opressão.

Nesse meio, a tríade dos personagens Túlio, Susana e Antero se configuram como vozes de denúncia, e podemos notar que estas se entremeiam para discutir sobre o aprisionamento, sobre a África, sobre o preconceito racial, sobre o patriarcado, mas, não da mesma maneira: cada voz é expressa por meio de uma personagem que a emite, reforçando-a e amplificando-a de modo único. Ademais, ao observar o seu contexto, ao escutar as vozes de sua época e a ideologia do seu cotidiano, a escritora tece a crítica ao cerne do enredo, ainda incluindo sujeitos que, pela primeira vez na literatura, têm oportunidade de falar e expor suas opiniões, anseios, desejos e visões de mundo.

Para tanto, a importância de resgatar a literatura, sobretudo no que se refere a autoria feminina, reside na preservação da diversidade cultural, na valorização da história e na ampliação do conhecimento humano. Ao interpretar a mensagem de

“Úrsula” (1859), podemos compreender melhor as diferentes perspectivas e experiências que moldaram nossa sociedade. O legado de Firmina continua a inspirar e influenciar a literatura brasileira contemporânea, destacando sua importância duradoura e relevância nos debates sociais e culturais do país.

Por fim, ao término desta pesquisa, tornou-se perceptível que a leitura de obras como esta é uma tarefa crucial em tempos atuais, em que temas como o preconceito racial persiste no Brasil, visto que, possibilita que novas gerações tenham acesso a uma variedade mais ampla de narrativas e ideias. Os leitores devem ser instigados a refletir sobre as questões históricas e sociais que ainda ecoam no presente, incentivando o diálogo e a busca por mudanças significativas na sociedade, ao mesmo tempo que enriquecem o panorama literário e contribuem para a construção de uma identidade cultural mais rica e inclusiva. É, portanto, partindo de trabalhos como esse, que o meio acadêmico poderá propagar o legado de tantas outras “Firminas” que marcaram o seu tempo.

REFERÊNCIAS

ADLER, Dilercy Aragão. **Elogio à patrona Maria Firmina dos Reis: ontem, uma maranhense, hoje, uma missão de amor.** São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2014.

ALMEIDA, Horácio de. Prólogo. **Úrsula.** Ed. fac-símile. Maranhão: Governo do Maranhão, 1975. p. i-viii.

ARAÚJO, Ieda Mirley França. **Maria Firmina dos Reis: a influência da mulher negra na literatura afro-brasileira.** Curso interdisciplinar de Licenciatura em Ciências Humanas com Habilitação em História do Centro Universitário de Pinheiro da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. 2021

BLAKE, Augusto Victorino Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro.** v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>. Acesso em: 04 de abril. 2024.

BOSI, Alfredo. O Romantismo. In: BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira.** 39 ed. São Paulo: Cultrix, 2008. p. 91–160.

CANDIDO, A. **O direito à literatura.** In: CANDIDO, A. Vários escritos. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011, p. 188. Adaptado.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos.** 6. ed. Belo Horizonte: Vila Rica Editoras Reunidas Ltda, 2000.

CARVALHO, Jéssica Catharine Barbosa de. **Literatura e atitudes políticas: olhares sobre o feminino e antiescravismo na obra de Maria Firmina dos Reis.** 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, 2018.

CUTI. **Literatura negro-brasileira: consciência em debate.** São Paulo: Selo negro, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira.** Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula. A escrava.** Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC- -Minas, 2004.

DUARTE, Constância Lima. **Gênero e etnia no nascente romance brasileiro: Úrsula.** In: Revista de Estudos Feministas, v.13, n.2, maio/ago, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade.** Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, 2º sem. 2009. p.19.

_____. Conceição Evaristo. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014. p.103-116.

FANINI, Angela Maria Rubel. **A importância da obra Úrsula de Maria Firmina dos Reis: um libelo contra a escravidão em forma de romance.** In: Cad. Gên. Technol., Curitiba, v. 13, n. 41, p. 285-301. 2020.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**, volume 1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. p. 12-33.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: da Independência do Brasil à Lei Áurea.** volume 3. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022. p. 409-419.

LINS, Marleine; MOAMBA, Ernesto (Org.) **Antologia poética Brasil – Moçambique.** Teresina: Avant Garde, 2023.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. **Maria Firmina dos Reis: a fundadora negra de outra tradição literária brasileira.** Cadernos de Literatura Comparada. UNIFESSPA 43 (Fev. 2021), 61–74. 2021.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão.** São Paulo: Contexto, 1988.

FILHO, Domício Proença. **A participação da literatura no processo abolicionista.** Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan.-jun. 1988. p. 24-26.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula** / Maria Firmina dos Reis ; estabelecimento do texto e introdução de Maria Helena Pereira Toledo Machado; cronologia de Flávio dos Santos Gomes. — 1a ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

SANTIAGO, Luciana Ayres Coimbra. **A busca pela mulher e escritora oitocentista maranhense Maria Firmina dos Reis: recuperando trajetórias de sua vida.** Monografia (curso de História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2006.

TELLES, Norma. **Escritoras, escritas, escrituras.** In: PRIORE, Mary Del (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis.** 107 fl. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

WHITE, Hayden. **O texto histórico como artefato literário.** In:_____ Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 97 -116.

ZIN, Balseiro Rafael. **Maria Firmina dos Reis: A trajetória intelectual de uma afrodescendente no Brasil oitocentista.** Tese (Mestrado em Ciências sociais) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Faculdade de Ciências Sociais. Programa de Estudos Pós Graduados em Ciências Sociais. São Paulo. 2019.